BIOTERA

Inteligência Sustentável nos Negócios

Democratização do ESG

Uma iniciativa da BIOTERA
para democratizar o ESG

Esta tabela foi elaborada com base na legislação vigente (15 de agosto de 2025) para fins de orientação. Para saber quais as obrigações legais da sua empresa, simule aqui

1. Objetivo

Orientar a equipe de Saúde, Segurança, Meio Ambiente (SSMA) sobre como coletar, registrar e alimentar informações essenciais que permitam à empresa demonstrar conformidade legal, boas práticas de mercado e avanços concretos em suas iniciativas ESG.

2. O Papel do SSMA no ESG

O SSMA é responsável por transformar dados operacionais em informações estratégicas, garantindo que indicadores ambientais e de segurança sejam confiáveis e atualizados. Esses registros subsidiam tanto o cumprimento do requisito quanto a comunicação transparente da empresa com acionistas, clientes e órgãos reguladores.

3. Colaboração com o GLAS da BIOTERA

O GLAS é a plataforma que apoia o SSMA (e a governança, o RH, o financeiro, o jurídico, a folha de pagamento, a responsabilidade social) no mapeamento e no cumprimento dos requisitos obrigatórios e voluntários em ESG. Sua colaboração ocorre em três frentes principais:

Indicação Requisitos legais: organiza obrigações por área (meio ambiente, saúde, segurança, resíduos, emissões, governança, LGPD).

Consultoria em Boas práticas: indica medidas além da lei para elevar a maturidade ESG.

Esclarecimento técnico: esclarece dúvidas sobre normas, indicadores e conformidade.

Consumo de Água e Tratamento de Efluentes

Volume total de água consumida; índice de reúso; proporção de efluentes tratados; parâmetros de qualidade.

Lei 9.433/1997	Define a água como bem público, limitado e de valor econômico. Exige gestão descentralizada e participativa, com planos, outorga e cobrança pelo uso, priorizando consumo humano e preservação ambiental.
Resolução CONAMA 430/2011	Estabelece critérios, limites e diretrizes para o lançamento de efluentes em corpos d'água, incluindo padrões físico-químicos, testes de toxicidade e obrigações de monitoramento e declaração anual.
Resolução 2.079/2017	Define critérios para uso de recursos hídricos na diluição de esgoto doméstico. Exige tratamento mínimo de 60% de DBO e serviço de esgoto institucionalizado. Pedidos fora das normas são negados ou condicionados a melhorias.
Resolução 1.254/2016	Estabelece que a outorga para diluição de efluentes em rios intermitentes ou efêmeros no semiárido exige apenas tratamento mínimo de 60% da DBO.
Lei 14.546/2023	Estabelece que prestadores de serviços públicos devem corrigir falhas e fiscalizar vazamentos na rede de água. Estimula práticas sustentáveis no saneamento básico
Portaria 5/2017	Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade

Gestão de Resíduos Sólidos

Geração total de resíduos; taxa de reciclagem; destinação de resíduos perigosos; custo de gerenciamento.

Lei 12.305/2010	cria a Política Nacional de Resíduos Sólidos, definindo gestão integrada, logística reversa e responsabilidades.
Resolução CONAMA 358/2005	Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências
Lei 6.938/1981	Obrigação de preservar e recuperar o meio ambiente, obter licenciamento prévio e reparar danos ambientais.
Decreto 10.936/2022	Decreto obriga coleta seletiva, logística reversa, planos de resíduos e inclusão de catadores, com gestão integrada e fiscalização.
Decreto 11.043/2022	Planos estaduais e municipais devem seguir a PNRS e o Plano Nacional; publicação no SINIR; vigência imediata.
Lei 15.088/2025	Proíbe importar resíduos sólidos e rejeitos; só permite para materiais estratégicos e autopeças com logística reversa.
Decreto 12.451/2025	Importar resíduos só é permitido com lista oficial, limites, critérios técnicos, sem danos ao meio ambiente e sem crédito fiscal.
Instrução Normativa 1/2013	Empresas que geram ou operam resíduos perigosos devem se inscrever no CNORP, informar dados anuais e ter responsável técnico.

Uso de Matéria-Prima e Recursos Naturais

Consumo de matéria-prima renovável vs. não renovável; eficiência de insumos; intensidade de uso de recursos.

Lei 12.651/2012	Manter APP e Reserva Legal, recompor áreas desmatadas, cadastrar no CAR e obter licença para uso do solo e exploração.
Lei 6.938/1981	Obrigação de preservar e recuperar o meio ambiente, obter licenciamento prévio e reparar danos ambientais.
Instrução Normativa IBAMA 6/2025	Solicita licença de importação não automática, controle ambiental via NCM e conferênciaInstrução Normativa IBA.
Instrução Normativa IBAMA 3/2025	Créditos de exploração florestal do Sinaflor migrarão ao DOF+, exigindo rastreabilidade e novas autorizações quando necessário.
Portaria IBAMA 21/2023	Portaria exige DOF com rota detalhada, citando início e fim de cada trecho, placas, modais e respeitando limite de 250 caracteres.
Instrução Normativa IBAMA 26/2024	A IN 26/2024 exige habilitação no IBAMA, DOMM válido, declarar uso e destinação do mercúrio e seguir normas ambientais.

Biodiversidade e Uso do Solo

Área de APP/RL mantida; número de espécies monitoradas; quantidade de plantio de espécies nativas.

Lei 12.651/2012	Manter APP e Reserva Legal, recompor áreas desmatadas, cadastrar no CAR e obter licença para uso do solo e exploração.
Lei 9.605/1998	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
Instrução Normativa 8/2019	Empreendimentos próximos a UC exigem FCA geoespacial, EIA/RIMA e autorização prévia do ICMBio para licenciamento.
Decreto 12.087/2024	Recupera áreas degradadas, regulariza agricultura familiar, incentiva agroflorestas e acessa crédito, assistência e PSA.
Decreto 8.505/2025	Cria e mantém unidades de conservação na Amazônia, garante recursos e gestão participativa
Decreto 12.484/2025	Cria comitê do ARPA, fortalece comunidades e cadeias sustentáveis, garante recursos e conservação da Amazônia.
Decreto 12.485/2025	Elabora e implementaa o plano nacional de biodiversidade, monitorar metas, integrar políticas e engajar setores.
Lei 6.766/1979	Loteamento só em zonas urbanas, com áreas mínimas, infraestrutura básica e registro aprovado; vendas sem registro são crime.
Resolução 9 / 2024	Exige planejar, conservar e restaurar ecossistemas, zerar desmate e integrar valores da biodiversidade.
Lei 14.926/2024	Exige inserir clima, biodiversidade e riscos socioambientais nos projetos pedagógicos, com ações preventivas e adaptativas.

Saúde e Segurança Ocupacional

Taxa de acidentes de trabalho; índice de doenças ocupacionais; percentual de treinamentos em segurança.

Lei 8.213/1991	A Lei 8.213/91 exige contribuição ao INSS e garante benefícios como aposentadorias, auxílios e pensões aos segurados.
NR 29, 30, 31, 32, 34,36,37,38	NRs específicas por setor 29-Portuário, 30-Aquaviário, 31-Agronegócio, 32-Saúde, 34-Naval, 36-Abate, 37-Plataforma, 38-Limpeza urbana
NR 03 e 28	Fiscalização e penalidades; Embargos e interdições
NR 23	Proteção contra incêndio
Instrução Normativa 98/2003	Aprova Norma Técnica sobre Lesões por Esforços Repetitivos-LER ou Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho-DORT.
Portaria 8.344 / 2021	Comunicar CAT só via eSocial ou site Previdência, preencher fiel ao atestado e sem protocolo físico.

Responsabilidade Social e Gestão de Pessoas

Diversidade no quadro; índice de rotatividade; investimento em T&D; índice de satisfação.

Lei 9.029/1995	Proíbe exigir teste de gravidez ou esterilização no emprego; veda práticas discriminatórias, prevê multa, crime e reintegração.
Lei 13.467/2017	Flexibiliza CLT, permite negociação coletiva, cria teletrabalho, contrato intermitente e comissão de empregados.
Lei 12.288/2010	Garante igualdade racial, combate discriminação, exige ações afirmativas e inclusão plena
Portaria 3.714/2023	Empregadores devem enviar dados ao eSocial, publicar relatório semestral, e elaborar plano em 90 dias se houver desigualdade.
Lei 14.611/2023	Obrigação de salários iguais para mulheres e homens, transparência, fiscalização, relatórios semestrais e planos de ação.
Decreto 31/1968	Exige tratamento igual a nacionais e estrangeiros na previdência social
Decreto 6.949/2009	Garante acessibilidade, inclusão e igualdade, proibindo discriminação a pessoas com deficiência em todos os setores.
Lei 14.624/2023	Institui cordão girassol para identificar deficiências ocultas, uso opcional e com comprovação se exigido.
Lei 13.146/2015	Garante inclusão, acessibilidade, igualdade de direitos e proteção integral às pessoas com deficiência.
Portaria 1.301/2025	Atualiza RGPS: prorroga qualidade por 12m (120 contrib.), define carências, SM sem carência e regras da idade híbrida.

Governança e Compliance Ambiental

Políticas ambientais formalizadas; percentual de fornecedores avaliados em ESG; auditorias; ocorrências de não conformidade.

Lei 12.846/2013	A Lei exige que empresas respondam por atos lesivos à administração, paguem multas, reparem danos e adotem integridade.
Lei 9.605/1998	Exige: prevenir dano, ter licença, não poluir, não caçar, não desmatar, reparar danos e seguir normas.
Decreto 9.203/2017	Exige governança pública com integridade, riscos controlados, resultados à sociedade e transparência.
Instrução Normativa 3/2020	Multas ambientais podem ser convertidas em serviços ambientais com desconto, via adesão ao FCMA e termo de compromisso.
Decreto 9.637/2018	PNSI nos órgãos federais, gestão de riscos, comitê interno, planos e proteção de dados.
Decreto 9.355/2018	Define regras de governança e transparência na cessão de direitos de exploração de petróleo e gás pela Petrobras.
Lei 9.609/1998	Protege software como obra autoral; registro opcional; direitos por 50 anos; uso exige licença; violação é crime.
LEI 15.090/2025	Exige LP, LI e LO; EIA/Rima p/ impacto significativo; prazos máximos; transparência e participação pública.
Lei 12.965/2014	Lei 12.965/2014 exige: privacidade, proteção de dados, neutralidade de rede, registros limitados e ordem judicial para acesso.

Economia e ROI Sustentável

Economia gerada por medidas sustentáveis; receita de produtos verdes; valor de créditos de carbono; impacto de incentivos fiscais.

Lei 10.295/2001	Fabricantes e importadores devem garantir eficiência mínima e recolher produtos fora do padrão em até 30 dias, sob multa.
Leis 15.154 / 2025	Isenta registro e simplifica regras para cosméticos artesanais, com critérios definidos em regulamento.
Resolução CVM 175/2022	Fundos devem ter registro CVM, regulamento claro, gestão habilitada e divulgação eletrônica obrigatória.
Decreto 12.041 / 2024	Cria o PCVR, exigindo integrar políticas urbanas, ampliar áreas verdes e reduzir riscos climáticos.
Resolução 11/2024	Define critérios e procedimentos para incluir/excluir áreas e famílias no Bolsa Verde, além de prorrogar e cessar benefícios.
Decreto 11.003/2022	Incentiva biogás/biometano, reduz metano, cria créditos, exige normas ANP e integra planos públicos.
Decreto 12.106/2024	Deduzir IR: até 6% PF ou 1% PJ ao apoiar projetos de reciclagem aprovados pelo MMA, seguindo normas e prestação de contas.
Resolução 5.130/2024	Financiamentos Eco Invest exigem mobilizar capital externo em 24 meses, prestar contas ao Tesouro e cumprir critérios do MF.
Medida Provisória 1.309/2025	Exige comprovar impacto das tarifas EUA, manter/expandir empregos, seguir atos ministeriais e divulgar aquisições.

Responsabilidade Social / Comunidades

Investimento em projetos sociais; número de beneficiários; horas de voluntariado; parcerias com cooperativas.

Lei 12.305/2010	Cria a Política Nacional de Resíduos Sólidos, definindo gestão integrada, logística reversa e responsabilidades.
Lei 14.755/2023	Cria a PNAB, assegura direitos a atingidos por barragens, impõe responsabilidade ao empreendedor.
Decreto 6.481 /2008	Proíbe trabalho de menores de 18 anos em atividades da Lista TIP por risco à saúde, segurança e moral. Salvo na condição de Aprendiz
Lei 10.098/2000	Exige acessibilidade em vias, edifícios, transportes e comunicação, conforme normas da ABNT.
Recomendação 1 / 2025	Recomenda proteção integral e consulta prévia a povos tradicionais em casos de trabalho infantil, com respeito à cultura.
Lei 13.289/2016	Cria o selo para empresas que incentivam doação de sangue e medula com políticas internas permanentes.

Transparência e Relatórios

Publicação de relatório de sustentabilidade; conformidade com padrões (GRI, SASB); políticas públicas em site; nota de rating ESG.

Lei 13.709/2021	Obriga divulgar políticas de privacidade e tratamento de dados
Decreto 9.203/2017	Governança exige liderança, estratégia, controle, integridade, transparência, gestão de riscos e comitês internos.
Resolução CVM 217/2024	Companhias abertas devem seguir o CBPS 01 e divulgar info ESG a partir de 2026; adoção antecipada é permitida.
Resolução CVM 218/2024	Companhias abertas divulguem riscos e metas climáticas conforme o CBPS 02 a partir de 2026.
NBC - Norma Contabilidade 2/2024	Entidades divulguem riscos e oportunidades climáticas que afetem caixa, financiamento ou capital.
Resolução CVM 193/2023	Companhias abertas devem elaborar e divulgar relatórios financeiros de sustentabilidade (IFRS S1/S2) – de forma voluntária a partir de 2024 e obrigatória a partir de 1º jan 2026 – com asseguração independente

Economia Circular e Logística Reversa

Taxa de material reciclado; extensão do ciclo de vida de produtos; percentual de adesão à logística reversa; quantidade de embalagens coletadas.

Lei 12.305/2010	Cria a Política Nacional de Resíduos Sólidos, definindo gestão integrada, logística reversa e responsabilidades.
Decreto 11.413/2023	Institui CCRLR, CERE e Crédito de Massa Futura como comprovação voluntária de logística reversa.
Decreto 11.300/2022	Institui o sistema nacional de logística reversa para embalagens de vidro, com metas regionais, cadastro de participantes, planos de comunicação, pontos de recebimento e rastreabilidade via SINIR
Decreto 10.388/2020	Obriga logística reversa de medicamentos domiciliares vencidos, com descarte seguro e rastreável.
Decreto 12.082/2024	Decreto 12.082/2024 institui a Estratégia Nacional de Economia Circular para promover produção e consumo sustentáveis.
Decreto 10.240/2020	Institui a Estratégia Nacional de Economia Circular. Exige transição do modelo linear ao circular, com metas, incentivos e inclusão.

Saúde dos Ecossistemas e Créditos de Carbono

Hectares de florestas restauradas; volume de créditos de carbono; índice de integridade de ecossistema; número de projetos PSA.

Lei 12.187/2009	Exige redução de emissões, adaptar setores, usar instrumentos econômicos e integrar ações sustentáveis.
Decreto 8.235/2014	Inscrição no CAR; adesão ao PRA para regularizar APP, RL e uso restrito; termo de compromisso obrigatório.
Lei 9.985/2000	Institui o SNUC, define categorias de UCs, exige plano de manejo e consulta pública para criação.
Lei 14.990/2024	Cria o PHBC e concede crédito fiscal à comercialização de H_2 de baixa emissão entre 2028 e 2032.
Decreto 12.481/2025	Institui a Política Marítima Nacional, com uso sustentável do mar, segurança, economia azul e soberania nacional.
Resolução CVM 223/2024	Obriga companhias abertas a seguirem a OCPC 10 sobre contabilidade de créditos de carbono, CBIOs e allowances

Inovação em Sustentabilidade

Investimento em P&D; número de patentes; adoção de monitoramento em tempo real; integração de blockchain para rastreabilidade.

Lei 10.973/2004	Incentiva a inovação por ICTs e empresas, com parcerias, apoio público e benefícios fiscais.
Lei 14.133/2021	Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
Lei 12.853/2013	Regula a gestão coletiva de direitos autorais, exigindo transparência, habilitação e fiscalização.
Lei 12.965/2014	Lei 12.965/2014 exige: privacidade, proteção de dados, neutralidade de rede, registros limitados e ordem judicial para acesso.
Decreto 10.833/2021	Exige registro, rotulagem GHS, rastreio, SIA e capacitação de aplicadores.
Decreto 8.771/2016	Regulamenta a neutralidade da rede, proteção de dados e define regras para fiscalização e requisição de dados.